



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000354001

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2094003-39.2025.8.26.0000, da Comarca de Assis, em que é agravante MUNICÍPIO DE ASSIS, é agravado M. H. G. MENEGON - CONSTRUÇÃO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores WANDERLEY JOSÉ FEDERIGHI (Presidente sem voto), BEATRIZ BRAGA E HENRIQUE HARRIS JÚNIOR.

São Paulo, 9 de abril de 2025.

BOTTO MUSCARI
Relator
Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento:2094003-39.2025.8.26.0000

Agravante:Município de Assis

Agravadas:M. H. G. Menegon - Construção e outra

Comarca:Assis

Voto nº 12.984

EXECUÇÃO FISCAL. REQUERIMENTO DE EMPREGO DO SISTEMA *RENAJUD* PARA PESQUISA DE VEÍCULOS. INDEFERIMENTO NA ORIGEM. PESQUISA PATRIMONIAL QUE, APÓS ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (ART. 198, § 4º), INDEPENDE DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. AGRAVO DO MUNICÍPIO IMPROVIDO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE ASSIS contra r. decisão que indeferiu emprego da ferramenta ***Renajud*** para **localização de veículos** (autos da execução fiscal n. 1505401-32.2018.8.26.0047 -- fls. 43/49).

Sustenta o ente federativo que: a) merecem lembrança os princípios da cooperação, da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade e da eficiência; b) não se pode perder de vista o art. 319, § 1º, do Código de Processo Civil; c) conta com jurisprudência; d) a pesquisa almejada é simples e de fácil acesso ao Judiciário; e) deve ser deferida a pesquisa postulada; f) aguarda efeito suspensivo (fls. 1/7).

Desnecessário intimar as ocupantes do polo passivo para oferecimento de contraminutas, pois elas não estão representadas nos autos.

É o relatório.

Sem razão o Município.

Exame dos autos eletrônicos da execução revela que: i) o processo teve início em dezembro de 2018 (fl. 1 – protocolo na lateral direita); ii) citações postais ocorreram em abril e maio de 2020 (fls. 17/18); iii) em julho de 2020, o credor postulou a suspensão do processo, diante de parcelamento (fls. 22/25); iv) o acordo foi homologado pelo MM. Juiz, que comandou sobrestamento até julho de 2021 (fls. 26); v) o exequente requereu o emprego do *Renajud* em janeiro de 2025 (fls. 42) e a decisão de indeferimento rendeu este agravo.

Em julho de 2024, introduziu-se parágrafo (4º) no art. 198 do Código Tributário Nacional, com a seguinte redação: "Sem prejuízo do disposto no art. 197, a administração tributária poderá requisitar informações cadastrais e patrimoniais de sujeito passivo de crédito tributário a órgãos ou entidades, públicos ou privados, que, inclusive por obrigação legal, operem cadastros e registros ou controlem operações de bens e direitos".

Esse dispositivo impacta pretensões como a do agravante, que agora pode e deve buscar **por seus meios** informações cadastrais e **patrimoniais** de contribuintes inadimplentes.

Câmara especializada deste Tribunal já ecoou a mudança legislativa:

"EXECUÇÃO FISCAL - Município de Assis - Insurgência contra a decisão que indeferiu o pedido de pesquisa de bens da parte executada - INFOJUD, SISBAJUD, **RENAJUD**, SIEL e INFOSEG - Hipótese em que a medida postulada pode agora ser realizada pelo Fisco sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário - Inteligência da recente disposição do art. 198, § 4º do CTN - Não ofensa ao princípio da cooperação - Precedentes desta Câmara. Agravo improvido" (Agravo de Instrumento nº 2063615-56.2025.8.26.0000, 15ª Câmara de Direito Público, j. 14/03/2025, rel. Desembargador ERBETTA FILHO - negritei);

"EXECUÇÃO FISCAL - Município de Assis - Insurgência contra a decisão que indeferiu o pedido de pesquisa de veículos pelo sistema **RENAJUD** - Hipótese em que a medida postulada pode agora ser realizada pelo Fisco sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário - Inteligência da recente disposição do art. 198, § 4º do CTN - Não ofensa ao princípio da cooperação - Precedentes desta Câmara. Agravo improvido" Agravo de Instrumento nº 2021249-02.2025.8.26.0000, 15ª Câmara de Direito Público, j. 14/03/2025, rel. Desembargador ERBETTA FILHO - pus ênfase).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante do exposto, meu voto **nega provimento** ao agravo do Município.

BOTTO MUSCARI
Relator